

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.290 - SP (2019/0350596-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : MAURO ATUI NETO
ADVOGADO : MAURO ATUI NETO - SP266971
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS FRANCISCO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS FRANCISCO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem visada no HC n. 2233632-38.2019.8.26.0000 para manter a prisão preventiva decretada em desfavor do ora paciente nos autos da ação penal em que foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, c/c o art. 61, inciso II, alínea c, ambos do Código Penal.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, em flagrante afronta ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Alega, para tanto, que não estaria demonstrado concretamente de que forma, em liberdade, o acusado colocaria em risco a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, requisitos inseridos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, a concessão da ordem para que possa o paciente recorrer em liberdade, com ou sem medidas cautelares mais brandas.

É o breve relatório.

A insurgência não merece prosperar.

Com efeito, em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verificou-se que as teses levantadas no inconformismo em apreço estão sendo analisadas por este Tribunal no **HC n. 525.548/SP**, também buscando a revogação da prisão preventiva do ora recorrente, decretada na Ação Penal n. 1501459-87.2019.8.26.0586.

E, embora os acórdãos impugnados nesta insurgência e no aludido *writ* sejam distintos e, ainda, haja a superveniência de sentença condenatória mantendo a prisão pelos mesmos fundamentos do decreto primevo – o que, segundo a jurisprudência desta Corte não se consubstancia em novo título –, observa-se que nos dois alegam-se os mesmos argumentos, tratando-se, assim, de mera **reiteração de pedido**, não tendo a defesa trazido nenhum fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do mencionado pleito, circunstância que se consubstancia em óbice ao conhecimento do reclamo.

Nesse vértice:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO DO QUE JÁ DECIDIDO EM RECURSO ORDINÁRIO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - Versando o habeas corpus mera reiteração do que já devidamente decidido em recurso ordinário interposto pelo ora

Superior Tribunal de Justiça

paciente, na mesma causa, é de rigor o indeferimento liminar da inicial do writ.

2 - Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 414.705/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INDULTO. PENAS ACESSÓRIAS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. EFEITOS INFRINGENTES. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. REITERAÇÃO DE PEDIDO JÁ ANALISADO POR ESTA CORTE NO RESP 1.364.954/SC. WRIT PREJUDICADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Ainda que sob fundamentação diversa, este writ traz pedido idêntico ao deduzido no Resp n. 1.364.954/SC, o que impede o seu conhecimento, uma vez que já houve manifestação desta Corte sobre o tema.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(AgRg no HC 266.215/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno deste Tribunal, **indefere-se liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator